

Ulysses acha que acordo sai hoje

Correntes não se impõem e só entendimento define reforma agrária

O presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, acha que, "agora, sai o acordo". Observou que o resultado da votação "aconselha o entendimento", e afirmou, em seguida, que "eu vou fazer tudo, e continuar lutando para que se faça o entendimento, porque é a melhor solução".

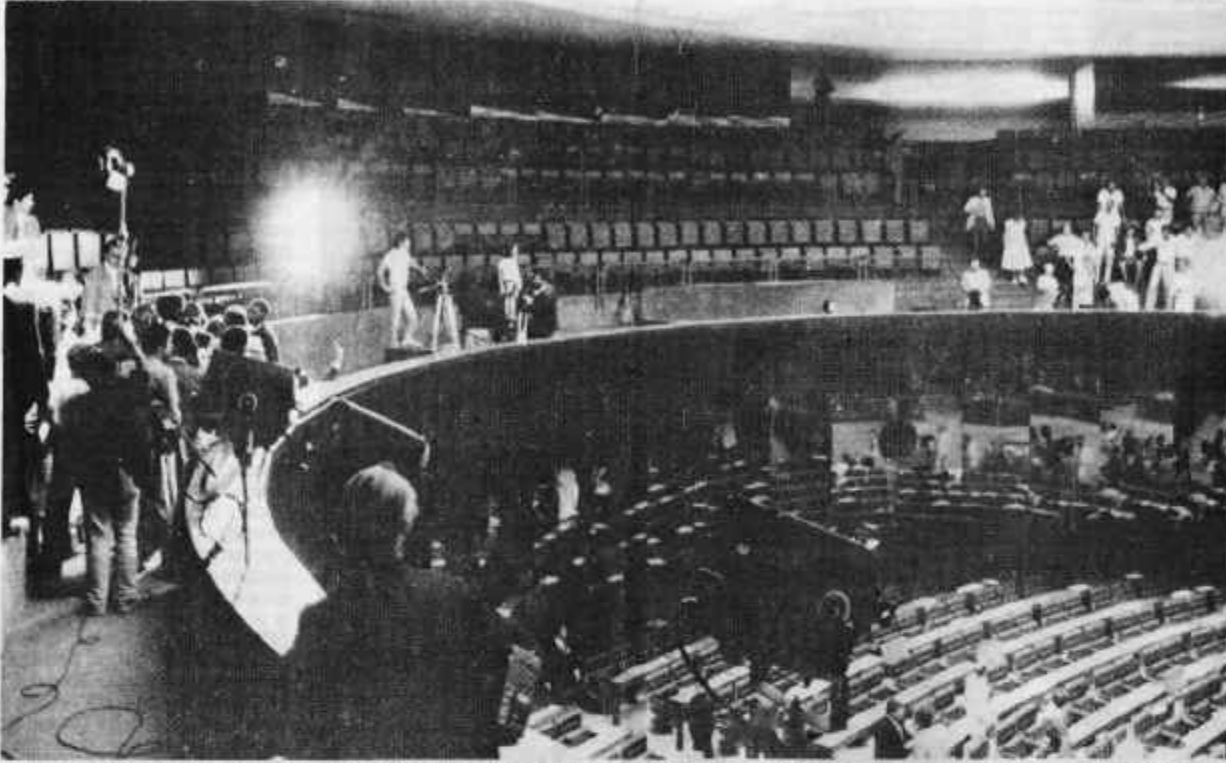
Ulysses argumentou, após deixar o plenário, que no quorum alto, de dois terços ou de maioria absoluta, o entendimento se impõe, porque é muito difícil uma facção outra alcançar o número necessário de votos, levando os setores divergentes a buscar o acordo que, segundo ele, "é muito melhor".

Para o líder do Partido Comunista Brasileiro, Roberto Freire, o resultado da

votação de ontem foi importante porque "impediu a supremacia de um setor retrógrado como a UDR na Constituinte". Agora, continuou, "vamos tentar o entendimento de forma racional, e podemos ter um grande avanço em termos de reforma agrária no País".

O deputado Nelson Friedrich, do PMDB, disse ter gostado do resultado, que força o entendimento, mas alertou que esse entendimento não pode significar a inviabilização da reforma agrária no Brasil. Lembrou que apenas 0,1 por cento do número de imóveis rurais hoje no País representam 24 por cento do território nacional, com propriedades acima de 10.000 hectares.

GIVALDO BARBOSA



Posições invertidas no plenário, UDR à esquerda e Contag à direita, briga foi verbal após a votação

Diálogo não dá resultado

A firme determinação da União Democrática Ruralista (UDR) de não permitir que os constituintes ligados ao setor agrário acelerassem um acordo com as lideranças do PMDB e dos partidos de esquerda sobre a possibilidade de desapropriação para fins de reforma agrária das propriedades produtivas foi o único entrave que impediu a conclusão de um acordo político sobre a matéria.

Após o segundo dia de negociações intensas e sem interrupções, os partidos de esquerda - PT, PC do B, PCB, PSB e PDT - acabaram concordando no final da tarde com um texto feito por um dos articuladores do Centrão, deputado José Lins (PFL/CE). A proposta de Lins estabelecia que a propriedade produtiva não seria desapropriada, desde que cumprisse as exigências mínimas complementares. Isto é, cumprisse com a sua função social, nos termos da lei.

O texto, após aceito pelos progressistas, foi levado para a análise da UDR. O seu presidente, Ronaldo Caiado, depois de consultar a assessoria jurídica dos ruralistas, impôs nova condição para aceitar a proposta de Lins. A expressão "cumprimento das exigências mínimas" teria que ficar em um parágrafo único, logo abaixo do inciso II referente à propriedade produtiva. A explicação era de que, incluída no parágrafo, a propriedade produtiva não ficaria condicionada às exigências relativas à função social, dificultando, portanto, qualquer iniciativa de desapropriação por parte da União.

De volta ao gabinete do líder do PMDB, senador Mário Covas, a proposta de Lins, já com as mudanças feitas pela UDR, foi rejeitada pelos constituintes da esquerda e também pela liderança peemedebista. Sem acordo, as negocia-

ções prosseguiram em um clima bastante tenso. As divergências entre os grupos chegaram a um ponto insustentável para o senador Mário Covas que, exausto, preferiu retirar-se para o seu gabinete, a poucos metros da sala onde estavam os negociadores.

A impossibilidade de se chegar a um acordo ficou mais evidente quando a UDR enviou nova proposta de acordo, através dos constituintes Ricardo Fluzza (PFL-PE), José Lins (PFL-CE), Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e Rosa Prata (PMDB-MG). Num único artigo, a proposta definia que seriam insuscetíveis de desapropriação, para efeitos de reforma agrária, as pequenas e médias propriedades e a propriedade produtiva.

Essa nova tentativa de acordo não foi sequer considerada pelos partidos de esquerda e pelos negociadores do PMDB. O deputado Vicente Bogo (PMDB-RS) disse que a proposta "era uma brincadeira".

— Eles não querem o acordo. Só querem nos levar à exaustão, acrescentou Bogo.

O representante do PT na reunião, constituinte Plínio de Arruda Sampaio (SP), decidiu retirar-se da reunião, convencido de que não havia possibilidade de acordo com o Centrão e com a UDR. "Eles querem inviabilizar a reforma agrária no País. Não podemos participar disso. Vamos para o voto".

Ainda confiante na perspectiva do acordo, o senador Mário Covas pediu ao vicediretor do PMDB, deputado Euclides Scalco (PR), que convocasse o deputado Plínio de Arruda para retomar as negociações. Os negociadores do Centrão — José Lins e Ricardo Fluzza — também foram chamados. Mas as negociações novamente deram em nada.

Caiado ainda mantém esperança e não cede

"Princípios não são negociáveis, nós não vamos fazer qualquer concessão e não aceitamos acordo se tivermos de abrir mão das terras produtivas". Depois do choque provocado pela derrota do texto do Centrão ontem à noite, esta foi a primeira reação do presidente da UDR, Ronaldo Caiado, que imediatamente reuniu a cúpula do movimento para traçar estratégias de ação para a nova batalha de hoje sobre a reforma agrária. Tão logo acabou a votação, Caiado instruiu os líderes da UDR no sentido de iniciar um intenso trabalho de convencimento junto aos parlamentares que se abstiveram, dentro das bancadas de seus estados de origem.

O presidente da União Democrática Ruralista — em Brasília há mais de três dias com uma comitiva de 3 mil ruralistas — admitiu que os produtores rurais ficaram apreensivos com o resultado desta primeira votação, mas permanecerão organizados até o final. Ele não considera porém, que os parlamentares do Centrão defensores de suas propostas estejam agora em posição de desvantagem para uma nova rodada de negociações. "Nós, líderes rurais, vamos ficar aguardando um chamado para conversar. Só que,

desde já, aviso que não transigimos em princípios. Os radicais de esquerda estão querendo comparar a classe produtora com meros especuladores rurais".

TUMULTO

Ainda nas galerias, após a votação, um início de tumulto foi contornado pela segurança, que apartou manifestantes da UDR e da Contag, agitados com o resultado inesperado. As provocações começaram quando os ruralistas começaram a gritar "Viva o Caiado", como forma de levantar o moral do grupo derrotado. Imediatamente, os cerca de 50 líderes rurais da Contag reagiram aos gritos de "derrotados, derrotados, constituinte não se vende". Neste momento, os ânimos se exaltaram e o clima esquentou mais ainda.

— Morte aos comunistas — fomentou ainda mais os insultos o dirigente da Regional da Paraíba, Roderito Gomes. "Enxada neles", gritavam outros, só contidos em sua ira pela voz de Ronaldo Caiado. "Vocês estão caindo no jogo deles", alertava.

Dando o tom das negociações tentadas ao longo do dia, Ronaldo Caiado deu o sinal vermelho para as propostas de acordo por volta

das 16 horas. No seu entendimento, os "radicais de esquerda" só estavam interessados em estabelecer punições aos proprietários de terras produtivas, com o que não concordaria em qualquer hipótese. Rindo sempre e fazendo comentários irônicos, foi esta ideia que ele passou a transmitir a seus liderados, conversando e repetindo sempre a mesma coisa a cada um que encontrava.

— Vocês não podem sair de Brasília, haja o que houver. O que eles querem é nos vencer pelo cansaço e colocar o projeto em votação com as galerias vazias. Mas vão quebrar a cara se acharem que os constituintes deles são melhores do que os nossos — orientava Caiado, chamando atenção para a postura que deveriam adotar nas próximas eleições. "Vamos identificar um a um quem são os traidores dos produtores rurais. Ganhando ou perdendo, vamos arrasar com as bases eleitorais deste povo".

Descrente num possível acordo, Ronaldo Caiado saiu do gabinete do líder Mário Covas (PMDB/SP) direto para o gabinete do líder pedessista Jarbas Passarinho. Ali, rapidamente ele acertou um esboço de encaminhamento do texto do Centrão com o senador paraense. "Eu

tenho dois ídolos políticos: a nível nacional, o senador Jarbas Passarinho, e internacional, o primeiro-ministro francês Jacques Chirac. E uma honra vê-lo defendendo nossa causa".

Antes de chegar às galerias, o presidente da UDR, irritado, teve que se valer do socorro de alguns parlamentares do Centrão para que pudesse ter acesso ao salão verde e até às galerias. Sua senha "especial" concedida pelo deputado Jorge Arbage estava com a data ultrapassada. Já acomodado nas galerias, se preparou para assistir ao embate do plenário, até então confiante. "A minha previsão é de que teremos 320 votos a nosso favor".

O otimismo, porém, começou a abandoná-lo tão logo constatou a receptividade do plenário ao encaminhamento feito pelo senador José Richa contra o texto do Centrão. "O que ele entende de agricultura eu entendo de submarino. Não sei como que ele pode falar em reforma agrária se, como dentista, a única coisa que fez foi obter seu raciocínio". Ironizou Caiado, mostrando-se mais indignado ainda com o encaminhamento do líder Mário Covas, chegando até mesmo a chamá-lo de "cínico e mentiroso".

Saúde já começa a movimentar a Constituinte

Representantes dos médicos, secretários municipais e estaduais de saúde e dirigentes de entidades ligadas ao setor, de um lado, e as organizações dos hospitais e estabelecimentos de saúde, de outro, movimentam-se na Constituinte para fazer valer suas teses no plenário, que nos próximos dias inicia a votação do título da Ordem Social. Enquanto o primeiro grupo defende o sistema único de saúde, com as ações e serviços de saúde de natureza pública, o segundo quer "pelo menos dois sistemas, harmoniosamente disciplinados", segundo o presidente da Federação Brasileira de Hospitais (FBH), Sílio Andrade.

Há mais de 10 dias, um grupo de constituintes ligados à saúde vem negociando um texto que praticamente reproduz a Redação dada pela Comissão de Sistematização, defendida pela Plenária Nacional pela Saúde na Constituinte como "o conteúdo mínimo capaz de assegurar a saúde como direito de todos e dever do Estado, em um sistema de saúde moderno e democrático". Um esboço de acordo para a questão central, segundo um deputado que participou de reunião realizada ontem, estabelece que as ações e os serviços de saúde são de interesse público, competindo ao Estado a sua regulamentação, o controle, a execução e a promoção da execução. Mas esta alternativa não tem o apoio do Conselho Federal de Medicina, conforme afirma seu presidente, Francisco Costa.

— Para nós, não satisfaz. A palavra interesse não diz nada. O que queremos caracterizar é que a saúde, como a educação, o transporte e as comunicações, é um dever do Estado, que delega quando não pode cumprir. O Estado tem que ter o poder de disciplinar mesmo.

DIVERGÊNCIAS

Contraopondo-se ao projeto da Sistematização, há a emenda do Centrão. Segundo o deputado Eduardo Jorge (PT-SP), as principais divergências são as seguintes:

— No projeto da Sistematização, as ações e serviços de saúde são de natureza pública, o sistema de saúde é único, e a assistência privada é subordinada à natureza pública. A emenda do Centrão praticamente cristaliza dois sistemas paralelos, um público e outro privado, e considera que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, sem estabelecer, como a Sistematização, que a iniciativa privada, poderá participar de forma supletiva do sistema único de saúde, sob as condições estabelecidas em contrato de direito público.

— Além do projeto da Sistematização, as entidades que representam os médicos e os secretários de Saúde lutam pela aprovação de cinco emendas: a da deputada Abigail Feltosa (PSB-BA) que determina o percentual mínimo de 13% para o orçamento da saúde, em todos os níveis; a do senador José Fogaça (PMDB-RS), que veda a comercialização de hemoderivados, bem como da coleta e transfusão de sangue; a do deputado Célio Castro (PMDB-MG) que assegura à União o controle global da importação de medicamentos e matérias-primas básicas da indústria farmacêutica; a do deputado Eduardo Jorge (PT-SP) que estabelece condições de proteção à saúde do trabalhador, e a do deputado Paulo Macarini (PMDB-SC), que estabelece as fontes de recursos de seguridade social.

— O projeto da Comissão prevê que o sistema único será financiado com recursos do orçamento da seguridade social, da União dos estados, do DF dos territórios e dos municípios, além de outras fontes. O Centrão prevê apenas recursos do orçamento da seguridade social e do Orçamento da União, e com isso, de acordo com Eduardo Jorge, a unificação se daria apenas a nível federal.

O grupo de constituintes que tem se reunido, de acordo com um dos participantes, está próximo de um consenso em torno de algumas questões, como essa: ao invés do contrato de direito público para estabelecer as condições da participação da iniciativa privada, entraria "convênio ou contrato a ser disciplinado em lei". O presidente da FBH, Sílio Andrade, informou que a entidade luta para retirar o contrato de direito público, "que tem normas leoninas, como a que permite ao poder público rescindir o contrato no momento que bem entender, garantindo apenas a justa indenização".

GOVERNADORES

Segundo Eduardo Jorge, a proposta da Sistematização é apoiada pelos governadores, o que facilita a sua aprovação. Este dado foi lembrado também pelo diretor do núcleo de estudos de saúde pública da UNB, Eleutério Rodrigues Neto. Ele informou que o texto tem o apoio dos governadores de São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina, Mato Grosso, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte, Maranhão e Pará. E disse acreditar na aprovação do projeto da Sistematização, "que preserva a medicina liberal".

Declaração do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), do Centrão, indica que não será fácil a aprovação do texto da Comissão:

— Não podemos permitir um sistema único, enfiando num mesmo saco a rede pública e a rede privada, que têm que trabalhar em conjunto. A natureza pública é para o hospital público. A iniciativa privada complementa o trabalho.